

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025/2026

Termo do Acordo Coletivo de Trabalho que firmam entre si, o **SINDICATO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA E REGIÃO – SSMCR**, entidade sindical, com sede à Rua 29 de Julho, 141, 1º Andar, Sala 12, Concórdia, SC, neste ato representado por seu Presidente WILLIAM AMPESE, e o **MUNICÍPIO DE IRANI**, neste ato representado pelo Prefeito VANDERLEI CANCI, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Primeira – As cláusulas deste presente acordo vigorarão a contar da data de sua assinatura.

Cláusula Segunda – Anualmente as Comissões de Negociação, constituídas pelo Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região e o Município de Irani, reunir-se-ão para a negociação da pauta ora estabelecida, sempre no primeiro trimestre de cada ano, na forma da Lei Complementar nº 154/22, em seu art. 45, § 3º.

Parágrafo único: As Comissões Paritárias de Negociação serão constituídas anualmente, por representantes do Sindicato, da coordenação municipal e do Município de Irani, as quais serão nomeadas por cada parte.

Cláusula Terceira – O Sindicato terá livre acesso aos locais de trabalho para entrega de periódicos, editais, divulgar as ações sindicais e sanar dúvidas dos Servidores.

§ 1º - O Município permitirá que o Sindicato mantenha um quadro de avisos visível nos locais de trabalho para divulgação das atividades Sindicais.

§ 2º - O Município, quando solicitado mediante protocolo na Secretaria Municipal de Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, autorizará reuniões nos setores ou secretarias, podendo, em caso de impossibilidade de sua realização, marcar nova data em comum acordo com o Sindicato.

Cláusula Quarta – O Município reconhece o Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região, como representante da categoria dos Servidores Municipais de Irani para a negociação coletiva e demais questões atinentes às relações de trabalho.

Cláusula Quinta – O Município procederá ao desconto na folha de pagamento dos Servidores das:

I - Mensalidades sindicais, desde que previamente autorizada por escrito pelo servidor, com comunicação uma única vez, por ofício, até o décimo-quinto dia do mês;

II - Contribuições financeiras legalmente instituídas pelo Sindicato, mediante autorização em assembleia.

Parágrafo único. O Município encaminhará ao Sindicato, mensalmente, comprovante das consignações e depósitos realizados, bem como relação dos servidores sindicalizados;



indicado, ausentar-se por motivo de participação em cursos de formação, congressos, plenárias, simpósios ou outra necessidade comprovada, deverá ser formalizado o pedido com, 07 (sete) dias de antecedência, sem prejuízo de sua remuneração, sendo limitado a três (3) liberações por representante da coordenação no decorrer do acordo.

§ 1º. O Município manterá a disposição do Sindicato 01 (um) membro da coordenação municipal eleito, 01 (um) dia por mês, com remuneração integral do cargo efetivo para desenvolver as atividades do Sindicato no Município, sempre mediante ajuste entre as partes e sem prejuízos a sua remuneração.

§ 2º. Os membros da Coordenação Municipal de Irani, terão liberação de um (01) dia a cada três (3) meses para participação nas reuniões do Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região, conforme calendário pré-estabelecido e aprovado entre as partes, sem prejuízo de sua remuneração.

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

Cláusula Sétima – O Município manterá programa permanente de qualificação ao servidor público municipal compreendendo:

- I - palestras e atividades referentes à saúde do trabalhador (uso de EPI's, segurança no local de trabalho, assédio moral);
- II - a importância social do serviço público e o papel do servidor; e,
- III - aperfeiçoamento profissional conforme as atividades específicas de cada segmento do serviço público municipal, extensivos a todos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Oitava - O Município encaminhará os procedimentos legais para:

- I - preenchimento de uma vaga com direito a voz e voto nos Conselhos de Educação e FUNDEB, bem como demais conselhos ou órgãos deliberativos que envolvam o serviço público municipal pelo SSMCR;
- II - correção no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da reclamação, quando houver divergências nas folhas de pagamento tendo o servidor recebido remuneração com valor maior ou menor, exceto em caso de acerto entre a Diretoria de Recursos Humanos e servidor;
- III - O Município realizará um estudo de implantação de “ajuda de custo” pelo deslocamento dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS que atuam no Município, conforme Lei Federal 15.014/2024;

PLANOS DE CARREIRA E ESTATUTO



tabela salarial das funções com menores salários e de categorias com defasagem salarial, incluindo o sindicato e representantes de base para compor comissão de estudo.

Cláusula Décima – O Executivo Municipal, através de e-mail ou protocolo no 1Doc, fica incumbido de avisar o sindicato quando da tramitação, antes de enviar à câmara municipal, de portarias, legislações, documentações ou outras que envolvam o servidor público.

SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

Cláusula Décima Primeira – O Município garantirá aos Servidores boas condições no ambiente de trabalho, permitindo a prestação de serviços públicos de qualidade aos munícipes, ficando a Medicina do Trabalho, em conjunto com a CIPA, encarregadas das providências necessárias à aplicabilidade da presente cláusula, preservado o direito de acompanhamento e fiscalização do Sindicato, e ainda:

- I** - Elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho – LTCATs nos locais que apresentam problemas, com a presença de pelo menos um representante do Sindicato, o qual deverá ser informado, com antecedência, a data e local da vistoria;
- II** - Respeitará a qualificação profissional específica para a qual o Servidor prestou concurso público, sempre observando a legislação;
- III** - Assegurar a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e o controle da entrega e qualidade dos mesmos;
- IV** - Promover ações para garantir a saúde dos trabalhadores do Município;
- V** - Implantar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme previsão da NR 05, de forma a zelar pela saúde dos trabalhadores do Município de Irani, conforme previstona Lei Municipal n. 1.916/2019;
- VI** - O Município se compromete em aplicar e se adequar as NR's Normas Regulamentadoras ao serviço público;

CLÁUSULAS FINANCEIRAS

Cláusula Décima Segunda – O Município poderá pagar o 13º (décimo terceiro) salário em até 02 (duas) parcelas: a primeira no mês de julho e a segunda até o 20º (vigésimo) dia do mês de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único: O Município, realizará o pagamento proporcional aos meses trabalhados da primeira parcela do décimo terceiro à todos os servidores públicos, independente da data de seu ingresso.

Cláusula Décima Terceira – O Município realizará um estudo até julho de 2025 para viabilizar o pagamento do Prêmio Assiduidade mensalmente, diluído em doze vezes, com regramento pré

servidores independentemente do cargo ocupado, com exceção de agentes políticos e estagiários.

Parágrafo único: O Município, antes de realizar alterações em lei, que mencionem o Premio Assiduidade, deve realizar estudo e apresentação do impacto financeiro à todos os servidores públicos municipais.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Cláusula Décima Quarta – O auxílio-alimentação terá o valor de R\$ 380,00 , a ser pago mensalmente em pecúnia na folha de pagamento dos servidores ativos e proporcional a sua carga-horária. Caso a forma de pagamento em pecúnia venha a sofrer incidências de qualquer natureza, fica facultado ao Município implementar o sistema cartão alimentação.

Parágrafo único: Não será concedido auxílio-alimentação aos agentes políticos e estagiários;

REAJUSTE/REVISÃO

Cláusula Décima Quinta - Fica estabelecida o percentual total de 6% a título de revisão geral anual, referente a inflação (IPCA – E) do compendido pelos últimos 12 meses (4.83%) e de aumento real (1,17%).

Parágrafo Único: Fica fixando uma nova rodada de negociação para o mês de abril de 2025 para revisar possíveis novos reajustes a depender da situação econômica do Município.

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Cláusula Décima Sexta - Resta fixado o correspondente a 1% sobre o vencimento base de cada trabalhador, o valor a ser cobrado de todos os trabalhadores abrangidos por esse acordo coletivo em uma única parcela, independentemente de serem sindicalizados ou não, conforme definiu o Supremo Tribunal Federal no Tema 935, que deverá ser descontado em folha de pagamento e repassado ao sindicato no mês relativo a efetivo reajuste, previsto para março de 2025.

Parágrafo Primeiro: Conforme decisão dos trabalhadores, proferida em assembleia geral, realizada no dia 26/11/2024, no município de Irani/SC, restou estipulada a presente contribuição assistencial, destinada a ressarcir o trabalho e as despesas da entidade sindical no processo negocial que beneficiou a todos os empregados da empresa acordante, associados ou não ao sindicato, com a finalidade de promover negociação coletiva exitosa, e que redundou em benefício financeiro para todos.

Parágrafo Segundo: A deliberação dos trabalhadores em assembleia, são tidas como fonte de anuência previa e expressa de todos os empregados, para efeito legal do desconto da contribuição assistencial, atendendo ao entendimento do STF no julgamento da ARE 1.018.459 (Tema 935).

W

Parágrafo Terceiro: O direito de oposição ao desconto da contribuição assistencial a todo e qualquer trabalhador beneficiado pelo presente acordo coletivo, se dará exclusivamente de forma presencial na assembleia a ser convocada para apreciar a presente proposta final desse instrumento de Acordo Coletivo de Trabalho, onde todos os presentes terão a oportunidade de manifestação de oposição, devendo essa manifestação de oposição ao presente instrumento ser seguida pela maioria dos membros da categoria presentes, independentemente de serem filiados ou não ao sindicato, conforme determina o entendimento do STF no julgamento do ARE 1.018.459 (Tema 935).

Parágrafo Quarto: Aos trabalhadores sindicalizados ativos até a assinatura do presente acordo, o desconto mencionado no caput desta Cláusula, por já contribuírem financeiramente para o sindicato, fica automaticamente optado pelo não desconto, cabendo ao trabalhador informar expressamente caso opte por efetuar a contribuição assistencial

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Sétima: A vigência do presente acordo coletivo de trabalho tem efeitos a partir da assinatura do presente acordo.

Parágrafo único. A vigência das Cláusulas Sociais (as que não envolvam recursos financeiros) do presente acordo se estendem até a assinatura do próximo acordo coletivo.

Cláusula Décima Oitava - O documento final da presente negociação será complementado mediante assinatura das leis, decretos e demais atos próprios, objetivando dar-lhe valor jurídico.

Cláusula Décima Nona - Fica revogado de pleno direito qualquer Acordo Coletivo de Trabalho anterior assinado no ano de 2024.


WILLIAM AMPESE

Presidente SSMCR


VANDERLEI CANCI

Prefeito do Município de Irani